

GOIÁS PARCERIAS

Companhia de Investimento e
Parcerias do Estado de Goiás



1

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 08.235.587/0001-20
NIRE: 523000106-41

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

DATA HORA E LOCAL: EM 23 DE MAIO DE 2019, ÀS 18:00 horas, em Goiânia/GO, na sede da Companhia à Rua 82 nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 4º andar Setor Sul, Goiânia/Goiás, CEP: 74015-908. 2. **MESA DIRETORA:** Presidente do Conselho de Administração: Senhor **BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA**, brasileiro, casado, economista – CPF: 010134721-95, RG: 4602501- 2ª Via - SSP-GO, residente e domiciliado à Av. T-4 nº 1616 Lote 10/11 – Bloco Monte Verde, Qd. 02 Aptº 202 – Setor Serrinha – CEP: 74.835.090 – Goiânia - GO –. Secretária da Reunião **JOAQUINA RODRIGUES** 3. **QUORUM:** Presença da totalidade dos acionistas, dispensando-se assim a publicação exigida, conforme disposto no § 4º do artigo 133 da lei 6.404/76. Também estavam presentes, membros do Conselho de Administração, **LARISSA RODRIGUES DA LUZ SILVA**, **ADRYANNA L. MELO DE OLIVEIRA CAIADO**, **ELISABETH LUCENA**, **ARTUR CIRO CESAR NETO**, ausente a conselheira **GISELE BARRETO LOURENÇO**, que justificou sua impossibilidade via e-mail e os Diretores da Companhia, **EDUARDO ANGELO DE MACEDO LUCENA**, Diretor Presidente, e membro do Conselho, **ROBSON RODRIGUES LIMA** – Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Novos Negócios, **PEDRO JOSÉ ALVES TORRES** – Diretor Administrativo de Relação e Governança, **ROMULO MARTINS DE CASTRO**, Diretor Técnico e **LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA** – Contador da Companhia 4. **CONVOCAÇÃO** - O Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás, **GOIÁS PARCERIAS**, **BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fulcro no artigo 13 e seus parágrafos, do Estatuto Social em vigor, c/c os artigos 123 a 137, da Lei Federal 6404/1976, das Sociedades Anônimas, bem como nas

Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás - Goiás Parcerias
Rua 82 nº 400 - Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Ala Oeste, Setor Sul
CEP: 74015-908 - Goiânia - Goiás



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/10/2019 14:23 SOB Nº 20190756942.
PROTOCOLO: 190756942 DE 31/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904843673. NIRE: 52300010641.
COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 17/10/2019
www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br



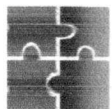
demais normas e preceitos legais aplicáveis, **CONVOCA** os acionistas da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás e os membros do Conselho de Administração a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 23 do mês de maio de 2019 às 18:00h, na sala de reuniões da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás, sito à Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 4º andar, Setor Sul, Goiânia, Goiás, CEP: 74.015-908, para deliberarem sobre assuntos constantes da pauta da convocação, a saber: ORDEM DO DIA da **AGO**: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, exercício 2018; ORDEM DO DIA da **AGE**: b) eleição e posse do Vice – Presidente da Companhia; c) eleição e posse de membro do Conselho Fiscal; d) outros assuntos de interesse da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Pauta da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** - Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho de Administração, reportando-se a pauta da Assembléia explicou, inicialmente, que além das presenças dos Senhores Conselheiros, encontravam-se presentes, , os Diretores e o Contador da Companhia, registrou-se a presença. **AGO** com relação ao item “a” da pauta, o Presidente informou aos presentes, que, encontravam a disposição dos mesmos, para exame, discussão e votação, o Relatório da Administração, as Contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e os Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2018, e que referidos documentos foram disponibilizados, tempestivamente, aos Conselheiros. Em sequência foi dada ciência aos Conselheiros sobre as publicações das Demonstrações Financeiras/2018, e respectivos pareceres dos Conselhos Fiscal e da Auditoria Independente em jornais de grande circulação: “ O Hoje” edição do dia 17.05.2019, seção Classificados, pagina 3 “ e Diário Oficial do Estado de Goiás”, edições do dia 17.05.2019, páginas 35, 36, 36 e 37 , respectivamente. Em seguida as matérias foram colocadas em discussão e, suspendeu a votação para que os membros presentes do conselho de administração possam se reunir e discutir melhor o assunto.

Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás - Goiás Parcerias
Rua 82 nº 400 – Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Ala Oeste, Setor Sul
CEP: 74015-908 – Goiânia – Goiás



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/10/2019 14:23 SOB Nº 20190756942.
PROTOCOLO: 190756942 DE 31/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904843673. NIRE: 52300010641.
COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 17/10/2019
www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br



GOIÁS PARCERIAS

Companhia de Investimento e
Parcerias do Estado de Goiás



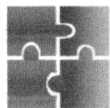
Dando continuidade à pauta, agora da **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, o Senhor Presidente **BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA**, comunicou aos presentes a substituição de Conselheiro Fiscal, e do Vice – Presidente da Companhia, em substituição ao Sr. **ROBSON LATALIZA FRANÇA**, elege e empossa o Sr. **HEITOR DIAS CAMARGO**, brasileiro, solteiro, Administrador, CPF: 017.779.281-76, RG: 32.682.170-9-SECC-DETRAN-RJ, residente e domiciliado a Rua C-180, Quadra 459, Lote 6 Aptº 01 – Jardim América, CEP: 74.275-190 – GOIANIA – GO, com mandato de 23 de Maio de 2019 até 17 de Fevereiro de 2022, com remuneração de R\$ 19.000,00 (Dezenove Mil Reais); item c) em relação à substituição do Conselheiro Fiscal, tendo em vista a indefinição dos nomes a serem substituídos e empossados, suspendeu o assunto para ser discutido em próxima AGE a ser realizada no dia 07 de Junho de 2019 as 16:30 horas. O eleito e empossado Vice Presidente, declara para os fins necessários, que não está impedido de exercer a função na sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso aos cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra a relação de consumo, fé pública ou a propriedade. Declara ainda atender o disposto no Decreto Estadual nº 9.402 de 07 de fevereiro, tanto no que se refere à inexistência de vedações, quanto pelo atendimento às exigências para o provimento do cargo. No item d) da pauta outros assuntos de interesse da sociedade, foi franqueada a palavra e o Presidente Eduardo Ângelo de Macedo Lucena apresentou aos presentes o plano atualizado dos objetivos da Companhia. Em seguida procedeu-se o: **6. ENCERRAMENTO:**. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente do Conselho encerrou os trabalhos e que para constar lavrou-se Ata que lida e aprovada, foi assinada pelo representante do acionista majoritário, o Estado de Goiás, pelos

Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás - Goiás Parcerias
Rua 82 nº 400 – Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Ala Oeste, Setor Sul
CEP: 74015-908 – Goiânia – Goiás



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/10/2019 14:23 SOB Nº 20190756942.
PROTOCOLO: 190756942 DE 31/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904843673. NIRE: 52300010641.
COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 17/10/2019
www.portaldoempreendedororgoiano.go.gov.br



GOIÁS PARCERIAS

Companhia de Investimento e
Parcerias do Estado de Goiás

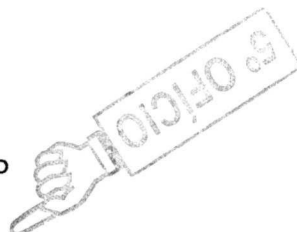


4

Conselheiros presentes e por mim Secretária da reunião. Certifico que a presente ATA é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.



[Signature]
BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA
Presidente do Conselho de Administração

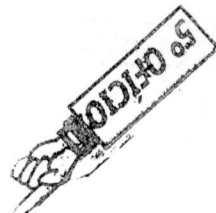


[Signature]
EDUARDO ANGELO DE MACEDO LUCENA
Diretor Presidente e Membro do Conselho



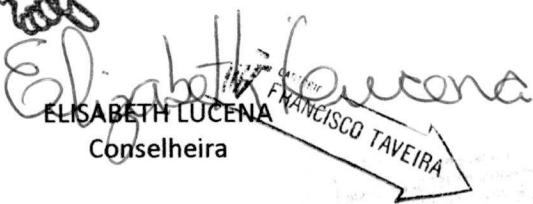
[Signature]
LARISSA RODRIGUES DA LUZ SILVA
Vice – Presidente do Conselho

[Signature]
ADRYANNA L. MELO DE OLIVEIRA CAIADO
Conselheira



[Signature]
ELISABETH LUCENA
Conselheira

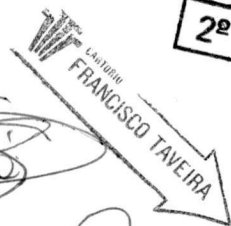
[Signature]
ARTUR CIRO CESAR NETO
Conselheiro



[Signature]
GISELE BARRETO LOURENÇO
Conselheira



[Signature]
JOAQUINA RODRIGUES
Secretária da Reunião



[Signature]
Carisse Rodrigues de Luz Silva

Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás - Goiás Parcerias
Rua 82 nº 400 – Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Ala Oeste, Setor Sul
CEP: 74015-908 – Goiânia – Goiás



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/10/2019 14:23 SOB Nº 20190756942.
PROTOCOLO: 190756942 DE 31/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904843673. NIRE: 52300010641.
COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 17/10/2019
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

CARTÓRIO JOÃO TEIXEIRA - TABELIONATO DE NOTAS

Selo: 0200190523112094608043 consulte em <https://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>

Reconheço por verdadeira a assinatura indicada de **ELIZABETH LUCENA** Pessoa por mim devidamente identificada e Havendo sido aposta em minha presença Dou Fé. Goiânia/GO - 10/06/2019 10:41:59 - U = 38 N° Selo Eletrônico - 02011905281222094605682

Em Testemunho da Verdade. **André Luiz Andrade Machado**

Av. T3: nº2303, 3a. América, Goiânia-GO, CEP 74.259-220 Tel: 62-3926.3755 WWW.CARTORIOJOAOEIXEIRA.NOT.BR

CARTÓRIO FRANCISCO TAVEIRA - TABELIONATO DE NOTAS

Av. Tocantins, 283 - Centro CEP 74015-010 - Goiânia - GO Telefone: 62 - 3212 1030

Selo: 02001906041354094614373 consulte em <https://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>

Reconheço por verdadeira a assinatura indicada de **LARISSA RODRIGUES DA LUZ SILVA**, por ter sido aposta em minha presença. "0148" FESID51FT-828572-97" Dou fé. Goiânia, 29/07/2019 - 17:07:05h Emolumentos: R\$4,34, ISS: R\$0,22.

Em Test. da Verdade. **Sérgio Silva Tartalano** - Escrevente

CARTÓRIO FRANCISCO TAVEIRA - TABELIONATO DE NOTAS

Av. Tocantins, 283 - Centro CEP 74015-010 - Goiânia - GO Telefone: 62 - 3212 1030

Selo: 0200190523112094608043 consulte em <https://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>

Reconheço por semelhança a assinatura indicada de **LARISSA RODRIGUES DA LUZ SILVA**, por ser análoga a constante de nosso arquivo. "0111" FESID51FT-908662-96" Dou fé. Goiânia, 10/06/2019 - 11:50:05h Emolumentos: R\$4,34, ISS: R\$0,22

Em Test. da Verdade. **Cleide Onice da Silva Oliveira** - Escrevente

5º TABELIONATO DE NOTAS DE GOIÂNIA - GOIÁS

RUA 115 - Nº 1498 - Qd. F-41 LT 192 / 194 - Setor Sul - Goiânia - GO - CEP: 74085-325 FONE: (62) 3223-1814

02051905221556094608367 - Consulte em <http://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>

Reconheço por verdadeira a assinatura de **ARTUR CISSAR NETO**. Dou fé Em Test. da Verdade. Goiânia-GO, 10/06/2019 - 15:10:31h cs699564 *0039

Danillo Geraldo Gomes Silva - Escrevente

CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA - 4º Tabelionato de Notas

Reconheço por verdadeira a(s) assinatura(s) de **ADRYANNA LEONOR MELO DE OLIVEIRA CAIADO** pessoa(s) minha(s) conhecida(s). <http://extrajudicial.tgo.jus.br/selo> Selo Digital nº: 02041904051259094629337 Dou fé Em Testemunho da Verdade. Goiânia-GO, 11 de junho de 2019 **DANIEL RODRIGUES DE SOUZA - ESCRIVENTE**

Placa do Sol - Rua 9 eq. c/ Rua João de Abreu, 1155, Ed. Alon, St. Oeste, Goiânia-GO, CEP 74120-010, Fone: 62 3096.9999 | www.cartorioindioartiaga.com.br

CLOTILDE SOUZA FRAUSINO PEREIRA | Tabeliã

Rua João de Abreu, 157 - Setor Oeste - Goiânia - GO - Fone: (62) 3215-8998

02021905271105094602534 - <http://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>

Reconheço a assinatura indicada de **JOAQUINA RODRIGUES** feita em minha presença "706259*0051". Dou fé. Goiânia, 13 de junho de 2019 - 09:26:51h. Em Test. da Verdade. **Eduardo Aparecido Sales da Silva** - Escrevente

2º Tabelionato de Notas

Eduardo Aparecido Sales da Silva - Escrevente

Rua João de Abreu Nº 157 Setor Oeste GOIÂNIA - GOIÁS

CARTÓRIO FRANCISCO TAVEIRA - TABELIONATO DE NOTAS

Av. Tocantins, 283 - Centro CEP 74015-010 - Goiânia - GO Telefone: 62 - 3212 1030

Selo: 0200190523112094610932 consulte em <https://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>

Reconheço por verdadeira a assinatura indicada de **GISELE BARRETO LOURENÇO**, por ter sido aposta em minha presença. "0143" F9747KT2B-60095B-97" Dou fé. Goiânia, 14/06/2019 - 09:12:34h Emolumentos: R\$4,34, ISS: R\$0,22.

Em Test. da Verdade. **André Felipe Dias Cardoso** - Escrevente

CARTÓRIO DE NOTAS DE GOIÂNIA - GOIÁS

Avenida República do Líbano, eq. c/ Rua K nº 22 - Setor Oeste - Goiânia - Goiás CEP: 74120-043 - FONE: (62) 3093-2222 - FAX: (62) 3092-6666

02051905231052094607603 - Consulte: <http://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>

Reconheço verdadeira a assinatura de **BRUNO MAGALHÃES D ABADIA (239670)**, pessoa por mim identificada, e por haver sido aposta em minha presença, dou fé. Goiânia, 18 de junho de 2019. Em Test. da Verdade - **Weder Paulo de Oliveira** - Escrevente

5º TABELIONATO DE NOTAS DE GOIÂNIA - GOIÁS

RUA 115 - Nº 1498 - Qd. F-41 LT 192 / 194 - Setor Sul - Goiânia - GO - CEP: 74085-325 FONE: (62) 3223-1814

02051905221556094617256 - Consulte em <http://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>

Reconheço por verdadeira a assinatura de **EDUARDO ANGELO DE MACEDO LUCENA**. Dou fé Em Test. da Verdade. Goiânia-GO, 25/06/2019 - 12:16:53h cs806468 *0025

Cláudio Silva Angelo de Menezes - Escrevente



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/10/2019 14:23 SOB Nº 20190756942. PROTOCOLO: 190756942 DE 31/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11904843673. NIRE: 52300010641. COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 17/10/2019
www.portaldoempreendedororgoiano.go.gov.br

Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás – GOIASPARCERIAS

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A CNPJ – 08.235.587/0001-20 Demonstrações Financeiras Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017				
1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO				
Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos ao acionista da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018. Demonstrações compostas do Balanço Geral, Demonstração do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Das Notas Explicativas às demonstrações do resultado, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório da Maeli Auditores S/S.				
Goiânia, 12 de Abril de 2018				
DIRETORIA EXECUTIVA:				
EDUARDO ANGELO DE MACEDO LUCENA – Diretor Presidente				
ROBSON RODRIGUES LIMA – Diretor Financeiro e de Relações c/Investidores				
PEDRO JOSÉ ALVES TORRES – Diretor Administrativo e de Regulação				
BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA – Conselheiro – Presidente				
EDUARDO ANGELO DE MACEDO LUCENA – Conselheiro				
ELIZABETH LUCENA – Conselheira				
ADRYANNA LEONOR MELO DE OLIVEIRA CAIADO – Conselheira				
ROBSON LATALIZA FRANÇA – Diretor Vice Presidente				
ROMULO MARTINS DE CASTRO – Diretor Técnico				
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:				
LARISSA RODRIGUES DA LUZ SILVA – Conselheira – Vice Presidente				
ARTUR CIRO CESAR NETO – Conselheiro				
GISELE BARRETO LOURENÇO – Conselheira				
LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA – Contador – TCCRCMG 25.222 S/GO				
2 – BALANÇO PATRIMONIAL				
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017				
ATIVO		PASSIVO		
		EXERCÍCIO		
		31/12/2018		
		31/12/2017		
DESCRİÇÕES				
ATIVO		PASSIVO		
CIRCULANTE		CIRCULANTE		
DISPONÍVEL		Obrigações Sociais		
Caixa e Bancos		190.170,00		
Aplicações Financeiras		97.432,11		
REALIZÁVEL DE CURTO PRAZO		Impostos e Contribuições a Recolher		
Contas a Receber		18.103,56		
Impostos a Recuperar		305.795,67		
TOTAL DO CIRCULANTE		TOTAL DO CIRCULANTE		
2.477.644,78		0,00		
1.386.819,21		0,00		
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO		TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		
Governo do Estado de Goiás		394.333.079,03		
Outros Devedores		-41.741.244,15		
(-) Ajuste a Valor Presente		-120.589.808,11		
Impostos Federais Diferidos		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Valores Bloqueados Judicialmente		232.002.026,77		
Impostos a Recuperar		232.307.822,44		
INVESTIMENTOS		3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Investimentos		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ENCERRADO EM 31 DE		
IMOBILIZADO		DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (EM R\$ 1)		
Imobilizado		NOTAS		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		31/12/2018		
229.815.789,33		31/12/2017		
TOTAL DO ATIVO		RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
232.307.822,44		RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		
		RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		
		DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		
		-2.789.741,18		
		-2.898.351,57		
		-1.269,96		
		-1.415,77		
		112.296,12		
		0,00		
		0,00		
		-2.789.741,18		
		-2.789.741,18		
		0,00		
		-2.789.741,18		
		394.333.079		
		-0,0071		
		-0,0068		
4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (EM R\$ 1)				
DESCRIÇÃO		Capital Social	Capital a	Lucros/Prejuízos
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		Realizado	Integralizar	Acumulados
Subscrição de Capital		351.941.834,88	42.391.244,15	-115.800.066,93
Integralização do Capital		650.000,00	-650.000,00	
Redução do Capital Social				
Resultado do Exercício				-2.697.963,70
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		352.591.834,88	41.741.244,15	-118.498.030,63
Subscrição de Capital				
Integralização do Capital				
Redução do Capital Social				
Resultado do Exercício				-2.789.741,18
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		352.591.834,88	41.741.244,15	-121.287.771,81
5 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA				
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (EM R\$ 1)				
DESCRIÇÃO		31/12/18	31/12/17	
Atividades Operacionais		-2.788.471,22	-2.696.430,55	
Resultado do Exercício		-2.789.741,18	-2.697.963,70	
Depreciações		1.269,96	1.533,15	
Aumento (diminuição) de Ativos		3.804.308,20	3.118.917,42	
Contas a Receber		3.804.308,20	3.118.917,42	
Aumento (diminuição) de Passivos		74.988,59	-15.204,73	
Obrigações Sociais		55.890,00	-15.960,00	
Impostos e Contribuições a Recolher		18.726,41	1.182,11	
Fornecedores		372,18	-426,84	
Outros Passivos		0,00	0,00	
Atividades de Investimentos		0,00	0,00	
Ativo Permanente		0,00	0,00	
Atividades de Financiamentos		0,00	650.000,00	
Capital Social (Integralização)		0,00	650.000,00	
Capital Social (redução)		0,00	0,00	
Equivalência Patrimonial		0,00	0,00	
Aumento (Redução) nas Disponibilidades		1.090.825,57	1.057.282,14	
Saldo Final das Disponibilidades		2.477.644,78	1.386.819,21	
Saldo Inicial das Disponibilidades		1.386.819,21	329.537,07	
VARIAÇÃO FINAL DAS DISPONIBILIDADES		1.090.825,57	1.057.282,14	
5 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
1. Contexto operacional				
A Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A, sociedade de economia mista, de direito privado, CNPJ 08.235.587/0001-20, situada à praça Ludovico Teixeira, Rua 82,				

nº 400, 2º andar Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Setor Sul – Goiânia – GO – CEP 74.015-908, tem como objetivo precípuo de colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP's, instituído pela Lei Estadual nº 14.910 de 11/08/2004 e estruturar outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social de Goiás, conforme artigo 3º de seu Estatuto Social.

A Companhia constitui-se numa empresa para o desenvolvimento econômico e social, destinada a fomentar, coordenar, regular e fiscalizar atividades de agentes do setor privado que, na condição de colaborador, atuam na implementação das Políticas Públicas, voltado para o desenvolvimento do Estado e ao bem coletivo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 e alterações posteriores, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão dessas Demonstrações Financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 12 de Abril de 2019.

Moeda de apresentação funcional - as demonstrações contábeis foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras são resumidos a seguir:

a. **Uso de Estimativas** - A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como esse julgamento envolve a determinação de estimativas relacionadas

a. probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. São empregadas estimativas para os seguintes registros contábeis relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação/amortização de ativos tangíveis e intangíveis, provisão para perdas de investimentos, e provisão para contingências.

b. **Caixa e Equivalentes de caixa** - Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c. **Investimentos** - Os investimentos em participações societárias em controladas e coligadas, em que haja caracterização de influência significativa da Companhia são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao valor de custo.

A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás.

d. **Imobilizado** - O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente. Caso seja identificadas indicadores de perda de valor, imediatamente é constituído provisão para perdas.

e. **Propriedades para investimentos** - As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

f. **Ativo Diferido** - refere-se a gastos pré-operacionais, incorridos até 2008. A companhia optou, conforme faculta a legislação vigente no artigo 299-A da Lei 11.941/09, em manter esse saldo no Grupo Diferido, até sua amortização. A amortização é calculada à razão de 10% a.a.

g. **Intangível** - Composto de bens e direitos que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível.

O grupo de intangível está representado basicamente por gastos incorridos na aquisição de softwares, deduzidos de sua amortização, a qual é calculada com base em uma estimativa da vida útil (tempo de uso das licenças ou geração de benefícios à Companhia).

h. **Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais** - são reconhecidas as obrigações trabalhistas e sociais, obrigações fiscais dentro do próprio exercício.

i. **Regime de apuração do resultado** - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

j. **Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, o consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

k) **Lucro/Prejuízo por ação** - O lucro/prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos balanços.

l) **Dividendos** - O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25% do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

m) **Os resultados abrangentes** - contemplam receitas e despesas e outras mutações que afetam o patrimônio líquido, mas que não são reconhecidos no resultado do exercício, conforme determinam os pronunciamentos, interpretações e orientações que regulam a atividade contábil.

n) **Reserva legal** - constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia.

o) **Redução ao valor recuperável de ativos** - A Companhia não efetuou o teste de recuperabilidade de ativos, conforme estabelece as normas contábeis NBC TG 01, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade Res. 1.292/10.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a. Bancos e contas movimento
Apresenta conta de livre movimentação mantida pela entidade junto ao Banco Itaú e Caixa Econômica Federal, onde os saldos são compilados pelo movimento incorrido não ultrapassando o valor de mercado.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais (Caixa Econômica Federal e Banco Itaú).

	2018	2017
Caixa	0,00	0,00
Bancos e Movimento	10	10
Aplicações Financeiras	2.477.635	1.386.809
TOTAIS	2.477.645	1.386.819

5. Contas a receber

A composição de créditos a receber é a seguinte:

	2018	2017
Governo do Estado de Goiás - CDSA (a)	0,00	3.850.000
Valores Bloqueados Judicialmente	220.320	207.420
Contas a Receber	220.320	4.057.412

6. Impostos a recuperar

	2018	2017
IRRF s/ Aplicação Financeira (a)	523.488	505.092
Total	523.488	505.092

(a) Refere-se ao imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre rendimentos de aplicação financeira que é compensável com o imposto devido pela empresa com base no lucro real. A estimativa de compensação desses créditos é de longo prazo.

7. Investimentos

Os investimentos da Companhia estão divididos em:

	2018
Participações em Controladas e Coligadas (9.1)	223.068.171
Propriedades para Investimento (9.2)	6.000.000
Total dos Investimentos	229.068.171

(7.1). Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas

A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás.

Além disso os investimentos atuais não são passíveis de serem reconhecidos por "Equivalência Patrimonial" conforme a legislação em vigor.

Resumo dos Investimentos em Participações Societárias e Controladas e Coligadas

Empresa	2018	2017	Método de Avaliação
Saneago (a)	215.575.788	215.575.788	Custo de Aquisição
Ceasa	59.068	59.068	Custo de Aquisição
Código	7.433.315	7.433.315	Custo de Aquisição
Total	223.068.171	223.068.171	

7.2.) Propriedades para Investimento

	2018	2017
Terrenos	6.000.000	6.000.000
Propriedades para Investimento	6.000.000	6.000.000

A propriedade para investimento é composta basicamente por um terreno que foi incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A, conforme descrito abaixo:

• 01 imóvel incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A, pelo valor de R\$ 6.000.000, conforme Ata Geral de Constituição, cuja descrição é a seguinte:

• 01 imóvel localizado no bairro Serrinha, em Goiânia-GO, lavrado no cartório Souza, livro 00606 folha 033/035, protocolo 30102, escritura pública lavrada no cartório 4º ofício de notas de Goiânia, livro 704 fls. 89/91 V, registrado no cartório de Imóveis na Primeira Zona de Goiânia, livro 2 folha 01 R133345, delimitada pela Avenida Serrinha e Ruas 1.106, 1.111 e 1.112, perfazendo uma área total de 34.740,021 m².

Referido imóvel até o final de 2018 não havia sido transferido em cartório para a Goiaparcerias.

8. Imobilizado/Intangível

	2018	2017
Equipamentos de Informática	20.581	20.581
Softwares	1.974	1.974
(-) Depreciação/Amort. Acumulada	(18.745)	(17.475)
	3.810	5.080

9. Obrigações sociais e trabalhistas

A composição das obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

	2018	2017
Honorária Diretoria	109.000	63.600
Honorário Conselho Fiscal	10.800	10.800
Honorário Conselho Administração	25.200	25.200
Outros Serviços	63.364	52.501
INSS	48.207	39.202
IRRF	49.089	39.358
Total	305.660	230.661

10. Impostos e contribuições a recolher

A composição dos impostos e contribuições a recolher é a seguinte:

	2018	2017
Pis/CoFins s/ Serviços PJ	78	75
ISSQN	58	71
IR a recolher	-	-
CSLL a recolher	-	-
Total	136	146

11. Patrimônio líquido

a. Capital Social

• Capital Subscrito

Em 08/01/2013, foi realizada Assembleia Geral de Acionistas - AGE, em que foi aprovada aumento do capital social subscrito da Companhia, passando de R\$ 116.881.753 (cento e dezesseis milhões, oitocentos e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e três reais) para R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais).

Em função da Lei Estadual 19.123 de 15 de dezembro de 2015 art. 1º incisos I e II e Assembleia Geral de Acionistas - AGE realizada em 29 de dezembro de 2015 foi autorizada a redução de capital social subscrito e integralizado da Companhia pelo Estado de Goiás no montante de R\$69.814.537. Desta forma o Capital Subscrito da Companhia que era de R\$500.000.000 passou a ser de R\$430.185.463 em 31/12/2014. Em 2016 com a redução ocorrida com o acerto constante da AGE de 11/08/2016 no valor de R\$ 35.852.383,47 (trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e três reais e quatro e sete centavos) o capital social passou a ser R\$ 394.333.079,03 (Trezentos e (Noventa e Quatro Milhões, Trezentos e Trinta e Três Mil, Setenta e Nove Reais e Três Centavos), valor este que permanece.

• Capital Integralizado

Em 31/12/2018 o capital integralizado da Companhia é de R\$352.591.834,88 restando R\$ 41.741.244,15 (Quarenta e Hum Milhões, Setecentos e Quarenta e Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Quinze Centavos) a integralizar, conforme poderá ser visto na demonstração das mutações patrimoniais.

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 2017 não foi destinado saldo para reserva legal em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

c. Dividendos

O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25 % do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

No exercício de 2015 não foram destinados dividendos aos acionistas em função do prejuízo contábil apurado.

12. Despesas Administrativas

A composição das Despesas Administrativas é a seguinte:

	2018	2017
Descrição		
Pessoal	2.058.368	2.182.080
Serviços de Terceiros	450.051	391.261
Despesas com Editais e Publicações	23.145	25.423
Outras Despesas	370.473	159.815
Total	2.902.037	2.758.579

13. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é apurado através de receitas financeiras são compostas de rendimentos de aplicações financeiras/depositos judiciais e de despesas bancárias em bancos oficiais.

a) Remuneração dos diretores e empregados

Os membros da Diretoria, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal têm suas remunerações fixadas pela Assembleia Geral Ordinária dentro dos limites do Estatuto Social e consequente legislação pertinente.

b) A Sociedade não dispõe de quadro próprio de pessoal, e para a consecução de seus objetivos, conta com a seção de servidores de outros setores da Administração Estadual, para tal designados, e também, com a contratação de serviços técnicos especializados de terceiros, de acordo com a legislação pertinente.

15. Gerenciamento de riscos

A Administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real.

i. Risco de crédito

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos a Companhia tem como política trabalhar com instituições tradicionais.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos e realização de seus créditos. Esse risco vem sendo monitorado pelos administradores e o acionista controlador vem efetuando repasses de recursos para garantia do cumprimento de obrigações da Companhia.

16. Outras informações

a) Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

b) Eventos subsequentes

Não houveram eventos, desde a data de 31/12/2018 até a data de divulgação das demonstrações financeiras, que ensejassem ajustes contábeis às demonstrações apresentadas ou divulgações complementares.

Goiania, 12 de Abril de 2018

DIRETORIA EXECUTIVA:

EDUARDO ANGELO DE MACEDO LUCENA – Diretor Presidente

ROBSON LATALIZA FRANÇA – Diretor Vice Presidente

ROBSON RODRIGUES LIMA – Diretor Financeiro e de Relações c/Investidores

ROMULO MARTINS DE CASTRO – Diretor Técnico

PEDRO JOSÉ ALVES TORRES – Diretor Administrativo e de Regulação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA – Conselheiro – Presidente

LARISSA RODRIGUES DA LUZ SILVA – Conselheira – Vice Presidente

EDUARDO ANGELO DE MACEDO LUCENA – Conselheiro

ARTUR CIRO CESAR NETO – Conselheiro

ELIZABETH LUCENA – Conselheira

GISELE BARRETO LOURENÇO – Conselheira

ADRYANNA LEONOR MELO DE OLIVEIRA CAIADO – Conselheira

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA – Contador – TCCRCMG 25.222 S/GO

6 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da
COMPANHIA DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS S/A
GOIÂNIA - GO

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS S/A (COMPANHIA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto tratado no parágrafo “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Investimentos

A **COMPANHIA**, em 31 de dezembro de 2018 possui contabilizado em Participações Societárias e Controladas e Coligadas o valor de R\$ 223.068.171. Os controles apresentados pela Administração referente a contabilização e conciliação dos valores registrados que compõem os saldos da referida conta, não foram suficientes para concluir quanto à adequação dos valores contabilizados e aos efeitos das distorções nas demonstrações contábeis.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018, a **COMPANHIA** possui registrado, na rubrica “Imóveis”, o montante de R\$ 6.000.000,00, relativo a um terreno recebido da empresa Teleporto Goiás S/A. A **COMPANHIA** não efetuou sobre este item, teste de recuperabilidade (impairment), conforme determina a NBC TG 01 (R4) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS. Não obtivemos evidências suficientes que suportem a contabilização. Não nos foi possível concluir quanto a necessidade de ajustes ao valor contabilizado, em razão da não aplicação das normas acima mencionadas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COMPANHIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **COMPANHIA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **COMPANHIA** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **COMPANHIA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **COMPANHIA**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **COMPANHIA**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **COMPANHIA** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2019

MACIEL AUDITORES S/S

2CRC RS 5.460/O-0 – T – SP

LUCIANO GOMES DOS SANTOS

1CRC RS 059.628/O-2

Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo signatários membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás – **GOIASPARCERIAS**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do material documental, e embasadas nas Demonstrações Financeiras, nas Notas Explicativas e no Parecer e no Relatório Circunstancado dos Auditores Independentes da “Maciel Auditores S/S”, tecemos a seguintes observações:

- Ao contrário do que afirma o Relatório do Auditor Independente/RAI em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 6.000.000 relativo ao terreno recebido da empresa Teleporto Goiás S/A, não foi reclassificado para a conta “Imobilizado” (1.2.3), sendo permanecendo no Balanço Analítico de janeiro a dezembro de 2018 no grupo de “Investimentos” (1.2.2), subgrupo “Imóveis” (1.2.2.02);
- Não obstante, está evidenciado em Nota Explicativa das Demonstrações Financeiras da **GOIASPARCERIAS** (31 de dezembro de 2018 e 2017), item “7.2” “Propriedades para Investimento” que o referido ativo não está formalmente registrado em cartório como propriedade da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás, não sendo possível comprovar o seu controle;
- Tendo em vista a circunstância evidenciada no item anterior, a qual também foi objeto de ressalva no Relatório do Auditor Independente/RAI em 31 de dezembro de 2017, bem como a recorrência na ausência da realização do teste de recuperabilidade (impairment) apontado, resta impossível a determinação do possível benefício econômico esperado do ativo em tela, motivo pelo qual o seu registro como está realizado não pode ser aceito;
- Ademais, quanto aos “Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas”, também descrito nas Demonstrações Financeiras da **GOIASPARCERIAS** (31 de dezembro de 2018 e 2017), assim como descrito no Relatório do Auditor Independente/RAI em 31 de dezembro de 2018, entendemos não terem sido apresentadas informações e documentos suficientes para concluir sobre a manutenção/validação do valor apresentado em dois anos subsequentes relativo ao custo de aquisição das participações nas empresas investidas (SANEAGO, CEASA e CODEGO), tampouco sobre a não necessidade de avaliação pela equivalência patrimonial ou quanto à determinação do método utilizado para avaliação do investimento.

Por todo o exposto, firmam que as demonstrações da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não se encontram em ordem, tampouco expressam a real situação financeira da Companhia, motivo pelo qual opinam pela sua reprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, convocada para esta finalidade.

GOIÂNIA - GO, 13 de Maio de 2019.

FERNANDO DE CASTRO FAGUNDES

CONSELHEIRO

PEDRO HENRIQUE RAMOS SALES

CONSELHEIRO

GILSON GERALDO VALERIO DO AMARAL

CONSELHEIRO

Protocolo 129951

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS
Assinado digitalmente pela ABC - AGENCIA BRASIL CENTRAL
CODIGO DE AUTENTICACAO: 6971e19a



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/10/2019 14:23 SOB Nº 20190756942.
PROTOCOLO: 190756942 DE 31/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904843673. NIRE: 52300010641.
COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 17/10/2019

www.portaldocompreendedorgoiano.go.gov.br

